

GE P G NT: A EXPERIÊNCIA DE MONITORIA COM INDÍGENA KAINGANG NO CURSO DE ENFERMAGEM

Carlos Eduardo Messa Ponse¹

Alinne De Lima Bonetti²

Resumo:

A problematizar a nossa experiência de tutoria-monitoria específica para acompanhamento a estudante indígena junto ao ingressante no Curso de Enfermagem/ campus Uruguaiana, iniciada em março de 2017 com previsão de finalização em dezembro do mesmo ano. O desenvolvimento da monitoria se deu a partir da chegada do grupo de estudantes, inicialmente de maneira voluntária e - após o processo seletivo - a partir das regras estabelecidas pelo edital 121/2017, com a disponibilização de 20 horas semanais para o desenvolvimento da monitoria. Para exemplificar, importa resgatar a experiência de apoio para a organização da república de estudantes indígenas. Consideramos relevante destacar, como conclusões deste processo que, do ponto de vista do desenvolvimento individual dos discentes e docente envolvidos, houve um imenso aprendizado a partir do contato intercultural, contribuindo para a desmistificação do imaginário construído em torno do que é o indígena em nossa sociedade.

Palavras-chave: Indígena, Kaingang, Educação Diferenciada, Universidade, Enfermagem

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

GE P G NT: A EXPERIÊNCIA DE MONITORIA COM INDÍGENA KAINGANG NO CURSO DE ENFERMAGEM

¹ Aluno de graduação. cmess91@gmail.com. Autor principal

² Docente. alinnebonetti@unipampa.edu.br. Orientador



GE PĚ ĚG NŲŲ: A EXPERIÊNCIA DE MONITORIA COM INDÍGENA KAINGANG NO CURSO DE ENFERMAGEM

1. INTRODUÇÃO

Ge pĚ Ěg nŲŲ, em kaingang quer dizer cultura ou, numa tradução literal, "nós somos assim" (D'ANGELIS) e nos inspira a problematizar a nossa experiência de tutoria-monitoria específica para acompanhamento a estudante indígena junto ao ingressante no Curso de Enfermagem/ campus Uruguaiana, iniciada em março de 2017 com previsão de finalização em dezembro do mesmo ano.

A etnia Kaingang (também conhecida como Guayaná), ligada à família linguística Jê, encontra-se no território que recobre os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, distribuída em 30 Terras Indígenas (TI). Segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) de 2014, somam 45.620 pessoas (ISA, *online*). Em 2017 chegaram ao campus Uruguaiana cinco estudantes indígenas e uma indígena Xetá (SC) oriundos de: Terra Indígena Monte Caseros, Terra Indígena Cacique Doble, Terra Indígena Ligeiro, Terra Indígena de Farroupilha e Terra Indígena Xapecó (SC).

Tomando-se como referência os estudos etnológicos de Kimmye Tommasino e Ricardo Fernandes (2001) sobre os Kaingang para uma breve contextualização sócio-histórica, podemos identificar que o contato dos Kaingang com os colonizadores brancos teve início no século XVIII e se efetivou no final do século XIX, a partir de uma aliança de seus primeiros chefes políticos tradicionais com os conquistadores. As condições da comunidade são variadas, contudo suas estruturas sociais e cosmológicas continuam vigorando, sempre atualizadas pelas diferentes conjunturas pelas quais vêm passando.

Os Kaingang caracterizam-se por sua sociedade sociocêntrica, a qual reconhece princípios sociocosmológicos dualistas, isto é, Kamé (o Sol) e Kairu (a Lua). Esses heróis culturais são os responsáveis pela estratificação dual da sociedade Kaingang, representando a dualidade da natureza, a qual eles mesmos criaram. Dessa maneira, os opostos (duais) devem manter um equilíbrio; um exemplo disso é o casamento, esse deve ser realizado por indivíduos de metades opostas. No que tange aos aspectos políticos, a comunidade é dirigida por um cacique, escolhido por meio de eleições da qual participam homens acima de 15 anos de idade. Uma vez eleito, ele nomeará seus assessores para compor a Liderança e o seu vice-cacique. As candidaturas à posição de cacique são articuladas entre as famílias de maior prestígio no interior das TIs (TOMMASINO e FERNANDES, 2001, *online*).

Levando em consideração o que a Portaria Normativa nº 39/2007, do MEC- SESU postula, a qual institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, no Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, bem como o Programa de Ações Afirmativas da UNIPAMPA através da Resolução nº 84/2014, a monitoria específica para acompanhamento do aluno indígena visa viabilizar meios para a sua permanência e o seu sucesso acadêmico. As vagas ofertadas aos alunos indígenas correspondem

às vagas remanescentes de cada curso e as escolhas dos cursos se dão é conforme a necessidade da TI. Conforme a resolução, o Plano de Permanência consiste na concessão de benefícios de assistência básica ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando prevenir a evasão e a retenção dele além do tempo necessário para a conclusão do curso.

Esta experiência de tutoria-monitoria a estudantes indígenas no âmbito universitário em um curso de graduação da área da saúde, nos leva a considerar as especificidades desta demanda. Ao analisar a educação escolar voltada para os povos indígenas, o pesquisador Gersem Luciano (2006) destaca como característica principal o seu caráter etnocêntrico (ROCHA, 1994). Segundo o autor:

A educação escolar oferecida aos povos indígenas durante séculos sempre teve como objetivo a integração do índio à sociedade nacional, sem respeito às diferenças culturais e linguísticas. Era uma educação de branco, da cultura do branco para os índios. Em outras palavras, a escola servia para o branco ensinar ao índio a ser e a viver como ele (LUCIANO, 2006, p. 148).

Com base em Gersem Luciano (2006), a universidade, por sua vez, deve valorizar as especificidades étnico-culturais dos povos indígenas para estruturar programas que promovam a interculturalidade. Também deve promover o diálogo entre conhecimentos tradicionais e os novos conhecimentos científicos e tecnológicos, articulados de forma equilibrada, além de ser uma possibilidade de informação a respeito da sociedade nacional, facilitando o “diálogo intercultural”. Tais características possibilitarão a construção de relações igualitárias e saberes na Universidade, visando a permanência e a efetiva participação desses sujeitos no meio acadêmico.

A partir destas considerações, passaremos a problematizar a experiência de tutoria-monitoria junto ao estudante indígena, ingressante na graduação de Enfermagem/Unipampa – campus Uruguiana.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento da monitoria se deu a partir da chegada do grupo de estudantes, inicialmente de maneira voluntária e - após o processo seletivo - a partir das regras estabelecidas pelo edital 121/2017, com a disponibilização de 20 horas semanais para o desenvolvimento da monitoria. Cabe destacar que esta monitoria teve características específicas a partir da realização de uma atividade de acolhimento, realizada no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) para a identificação de necessidade inicial e apresentação da Universidade. Neste momento percebemos que a monitoria deveria ter um caráter bem mais amplo do que o tradicional acompanhamento de estudos. Era necessário um apoio continuado e efetivo relativo tanto à inserção na Universidade, e a suas burocracias, quanto à adaptação à nova cidade.

Assim, a metodologia da tutoria-monitoria envolveu: estudos continuados de componentes curriculares em que se enfrentou maior dificuldade, como Bioquímica; Anatomia Humana e Histologia Humana; apoio na elaboração de atividades curriculares e estudos pontuais dos outros componentes, reuniões quinzenais de tutoria para planejamento e de estudos sobre cultura indígena. Além disto, foi dado suporte em outras atividades que se fizeram necessárias: abertura de conta bancária, encaminhamento ao sistema de saúde local, busca de moradia, etc.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Um dos principais desafios deste processo foi o de não ter referências a seguir acerca das demandas particulares que a monitoria demandava, para além dos tradicionais acompanhamentos de estudo; assim, ao longo destes meses, numa relação de experimentação na prática e de constante reflexão sobre erros e acertos, se deu um grande aprendizado. Para exemplificar, importa resgatar a experiência de apoio para a organização da república de estudantes indígenas.

Angustiados com a realidade que se lhes apresentara – uma precária pensão distante do centro da cidade e do terminal de ônibus que dá acesso à universidade em que foram instalados - que destoava do que havia sido lhes oferecido quando do processo do vestibular, procuravam um local melhor localizado. Com poucos recursos, já que a bolsa permanência demoraria para ser implementada, nos mobilizamos para encontrar um novo lugar para sua moradia, para arrecadação de alimentos e móveis para a república. Ajudamos, também, a se localizarem na cidade, a conhecer supermercados, a burocracia para a compra da passagem escolar, para acesso ao Restaurante Universitário. Neste primeiro contato, alguns estranhamentos culturais emergiram, sobretudo na questão da linguagem. Boa parte do grupo fora alfabetizado em Kaingang e português, o que lhes dá um acento particular, associado com uma certa introspecção, que contrastava com a nossa expansividade. Essa característica logo se manifestou como uma dificuldade em sala de aula: alguns nomes de ossos não eram compreendidos, as aulas de histologia soaram ininteligíveis, em função da rapidez da fala da professora.

Estes exemplos nos levam a problematizar a forma como a diferença – neste caso representada pela etnia predominante Kaingang – é acolhida no espaço universitário em um curso da área da saúde. Na enfermagem, há a preconização da humanização na formação do profissional da saúde, o que deveria se refletir nas relações estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, uma certa rigidez nas relações docente-discente em nome de um tratamento universalmente igualitário a todos e todas estudantes, acaba por não levar em conta as especificidades e necessidades particulares, ignorando a perspectiva da equidade (que visa o tratamento diferenciado para os desiguais). As dificuldades relativas aos componentes curriculares buscaram ser resolvidas nos encontros para estudo, que também não ficaram isentos de tensões e conflitos, oriundos do encontro de diferentes lógicas culturais, que resultaram em rupturas, mediações da tutora e repactuação de acordos de modo a cumprir o cronograma de atividades acordado. Tais situações levaram a um aprendizado sobre a relação intercultural, os desafios da alteridade e uma constante reflexão sobre as relações intersubjetivas e o desenvolvimento profissional no campo da saúde.

Como resultados do processo, ao final do primeiro semestre podemos destacar a aprovação do estudante indígena em cinco de oito componentes em que se matriculara; já o monitor foi aprovado em todos os componentes cursados no semestre. Mas não foram apenas estes os aprendizados; com esta experiência percebemos o quanto desconhecemos as culturas dos povos originários do Rio Grande do Sul e, com isto, a universidade ainda não está preparada para a recepção, inclusão e permanência de estudantes indígenas, ou, nas palavras de Renata Bondim (2013), “ainda não podemos reconhecer uma verdadeira política pública para a educação superior dos povos indígenas” (p. 131).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo-se em vista o objetivo de problematização desta experiência de tutoria-monitoria, consideramos relevante destacar, como conclusões deste processo que,

do ponto de vista do desenvolvimento individual dos discentes e docente envolvidos, houve um imenso aprendizado a partir do contato intercultural, contribuindo para a desmistificação do imaginário construído em torno do que é o indígena em nossa sociedade. Disto resulta uma maior capacitação e humanização para a convivência e trabalho com a diversidade.

No que tange à política de inclusão e de permanência de estudantes indígenas, esta experiência nos aponta para a necessidade de sistematizar um programa de monitoria com características peculiares: apoio à adaptação ao novo contexto, monitoria continuada de componentes específicos e um efetivo diálogo intercultural (BONDIM, 2013). Ou seja, há a necessidade de (re)conhecimento da cultura indígena, no caso a Kaingang, seu modo de vida, sua cosmologia, organização social, para que possamos, de fato, estabelecer uma troca entre culturas e um aprendizado mais significativo para ambos. Ainda, “no caso específico dos povos indígenas, é necessário reconhecer efetivamente (na lei e na convivência) os seus sistemas próprios de educação, para que os alunos indígenas não sejam penalizados no acesso ao Ensino Médio e ao Superior por terem frequentado escolas diferenciadas em suas aldeias” (LUCIANO, 2006, p. 166). Tal perspectiva, associada à sistematização desta experiência, aporta com uma contribuição para uma política de inclusão e de permanência com vistas à consolidação da missão da Unipampa de ser plural e democrática.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria Normativa nº 39/2007, do MEC-SESU. A qual institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Decreto nº 7.234/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, 1996. [acesso em 21 set 2017].

BONDIM, R. G. Educação superior indígena: de que estamos falando? In: SOUZA, LIMA, A. C. B.; Maria Macedo (orgs). Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008. Rio de Janeiro, E-papers, 2013.

D'ANGELIS, W. Projeto Web Indígena – Kanhgág Jógo [internet]. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. [acesso em 09 set 2017]. Disponível em <http://kanhgag.org/>.

ISA. Instituto Socioambiental, 2001. [acesso em 09 set 2017]. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br>.

LUCIANO, G. S. Educação indígena (cap. 4). O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ROCHA, E. P. G. O que é etnocentrismo? São Paulo, Brasiliense, 1994. 100p.

TOMMASINO, K.; FERNANDES, R. C. Povos indígenas no Brasil – Kaingang. In: Instituto Socioambiental, 2001. [acesso em 09 set 2017]. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>.

UNIPAMPA. Resolução 84, de 30 de outubro de 2014, Bagé, RS.[acesso em:22 set 2017] Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/files/2016/01/Res._84_2014-Pol%C3%ADtica-de-Assist%C3%A2ncia-Estudantilb.pdf.